

Título

Políticas sociais lentas, resistências lentas. O caso dos hindus da Quinta da Vitória

Rita Cachado

ISCTE-IUL, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL, Lisboa

Resumo

O programa especial de realojamento (PER) realojou milhares de famílias de bairros em habitação social especialmente construída para substituir os então chamados “bairros de barracas”. As histórias que este programa encerra são muitas e estão retratadas na literatura sobre habitação social, mas o acompanhamento destes processos num tempo longo encerra por sua vez histórias particulares de moradores que esperaram, em determinadas situações, décadas pelo realojamento.

Neste capítulo retomo um trabalho de campo etnográfico que seguiu de perto um conjunto de famílias que habitavam o bairro Quinta da Vitória, cujo processo de realojamento foi moroso e sem solução habitacional para uma parte importante dos seus moradores. O enfoque será feito relativamente ao momento em que os moradores do bairro participaram ativamente num movimento pela defesa do direito à habitação, em 2006. Se passados mais de dez anos, a literatura sobre habitação cresceu exponencialmente, a proposta é voltar atrás para procurar compreender melhor como se opera um caso de participação de moradores de um bairro onde há anos não existia movimento associativo.

“Each of the forms of disguised resistance, of infrapolitics, is the silent partner of a loud form of public resistance. (...)” Scott, 1990: 199

Introdução

Este capítulo parte de uma pesquisa realizada no âmbito do doutoramento em Antropologia Urbana terminado em 2008.¹ Concentrado na análise do processo de realojamento de um bairro nas franjas da cidade de Lisboa, a pesquisa analisou os

¹ Agradeço o convite de Paula Godinho que possibilitou a oportunidade de rever o meu trabalho neste capítulo, que resulta de uma comunicação na conferência internacional *Memória e aceleração da História, resistência e movimentos sociais* em outubro de 2020 e à restante equipa que coordena o livro, João Louçã e Alice Samara, bem como ao revisor Sérgio Vitorino. Este trabalho é financiado pela FCT, no contexto da celebração do contrato programa nº 4, 5 e 6 do art.º. 23º, DL 57/2016 de 29 de agosto, alterado na Lei 57/2017 de 19 de julho com o ISCTE-IUL, CIES.

contornos de uma política de habitação social, o Programa Especial de Realojamento (PER), focada na população residente no bairro Quinta da Vitória. A sua ponte com os dias atuais estabelece-se justamente através do incremento contemporâneo das pesquisas sobre habitação, que decorre em parte de uma ameaça ao direito à habitação característica do capitalismo tardio, em favor crescente do investimento imobiliário, e em desfavor das classes empobrecidas, empurradas para longe dos centros urbanos das mais variadas formas.

Assim, após esta breve introdução, apresentarei o contexto do bairro Quinta da Vitória e da sua população, detendo a atenção sobre o lento processo de realojamento e sobre as dinâmicas enfrentadas pelas famílias hindus daquele bairro, e depois deter-me-ei na exposição de uma parcela de tempo particular naquele bairro, no ano de 2006, quando, apesar de o processo de realojamento não estar terminado, a população residente ter sido ameaçada de demolição, e nessa altura ter-se envolvido na luta pela manutenção do direito à habitação, que lhes tinha sido prometida pela legislação do PER desde 1993 (DL 163/93)². Nas notas finais voltarei a fazer uma ligação com o tempo presente, em que assistimos tanto à financeirização da habitação, como a novas políticas de habitação (Mendes, 2020), a que não são alheios os recentes processos de luta pelo direito à habitação.

Antes de prosseguir, uma nota metodológica: a pesquisa realizada nos anos 2000 na Quinta da Vitória foi sobretudo desenvolvida no âmbito do doutoramento concluído em 2008 (Cachado, 2012), tendo sido escolhido o método etnográfico como meio principal de recolha empírica, sendo nesse sentido uma pesquisa eminentemente qualitativa, sem pretensões de ser representativa da população do bairro, mas sim procurando retratar as dinâmicas vividas pelas famílias hindus de origem sul-asiática ali residentes. Os resultados descritos neste capítulo foram trabalhados inicialmente na referida tese e noutras publicações (Cachado, 2011; Cachado, 2013); no entanto, de então para cá o bairro deixou de existir, restou nele um lugar vazio durante anos e, recentemente, foi lá inaugurado um espaço comercial, ironia que simboliza as atuais funções de muitos territórios urbanos.

O PER na Quinta da Vitória vivido pelas famílias hindus do bairro

² DL 163/93 de 7 de Maio. Diário da República, I Série – A nº 106 07/05/1993.

O bairro Quinta da Vitória era um bairro de habitações construídas pelos seus moradores e moradoras e inseria-se na categoria socialmente construída de bairro de barracas.³ Tal como muitos outros bairros semelhantes construídos sobre a antiga Estrada Militar (Antunes, 2002, entre outros), era um bairro pertencente a um concelho limítrofe de Lisboa, no caso, Loures, mas situado na zona de fronteira com a capital.

O seu processo de realojamento foi muito lento e não foi concluído para toda a população envolvida. Após o lançamento do decreto-lei do PER, o município de Loures assina o protocolo de execução do programa no seu concelho em 1995. Em 1998 foi inaugurada a Ponte Vasco da Gama e houve uma franja do bairro que foi realojada no âmbito das obras nas vias de acesso à ponte, cerca de 60 agregados familiares num total que excedia os 450 agregados familiares. Em 2002, ano a partir do qual a edilidade previa realojar os habitantes do bairro, foram realojados 100 agregados familiares no contexto de um protocolo realizado entre os municípios de Lisboa e de Loures, por iniciativa deste, no bairro social Alfredo Bensaúde, que estava a ser construído ao lado da Quinta da Vitória, mas já em Lisboa, para alojar 415 agregados familiares, com lojas ao nível do rés-do-chão, de que se destaca a sede da Gebalis que faz a gestão dos bairros sociais. Nessa altura já estava a realizar trabalho de campo no bairro e a situação observada pode ser descrita resumidamente.

Os moradores do bairro Quinta da Vitória viam, desde o ano de 2000, ser construído mesmo em frente às suas casas, um novo bairro. Com falta de informação sobre o processo de realojamento, distinguia-se o rumor permanente sobre o realojamento da

³ As casas construídas por moradores e moradoras, quando formam conjuntos habitacionais, refletem duas realidades fundamentais no contexto da AML: podem ser casas de alvenaria em bairros cujos moradores promoveram uma organização, desde o início, de lotes e arruamentos – os casos mais conhecidos são os “bairros clandestinos” que foram sobretudo construídos por populações de origem portuguesa rural e “retornados”, mas também alguns dos imigrantes que vieram na sequência da descolonização – estes bairros foram alvo de uma política urbanística conhecida como as Áreas Urbanas de Génese Ilegal; e as casas que começaram a ser construídas em madeira e placas de metal, e posteriormente acrescentadas com alvenaria e telhados de Lusalite, os conhecidos bairros de barracas, também habitados por aquelas populações, mas sobretudo por imigrantes negros, e que foram maioritariamente alvo da política de habitação social PER. Estes últimos tendem a desaparecer em função dos realojamentos e da saída dos moradores que não foram contemplados. Duas outras designações para os conjuntos residenciais têm sido utilizadas pelos investigadores: bairros informais e bairros autoconstruídos. Além disso, na arquitetura é muito usada a terminologia “vernacular” para designar a construção das casas e dos bairros, apontando para a utilização comum, “popular” na construção. Importa sublinhar o que já é evidente – muitos dos seus moradores colaboraram na construção das grandes cidades, tendo por isso competências na construção civil. Acresce que no caso dos moradores sul-asiáticos da Quinta da Vitória (e também na Quinta da Holandesa no Areeiro), encontrava-se um conjunto importante de famílias com conhecimentos específicos na área da construção de casas e na área da carpintaria (remetendo aqui para a pertença de casta que, apesar de não haver grande correspondência entre profissão de casta e profissão real na diáspora, os moradores mais velhos mantinham competências específicas herdadas na família).

população da Quinta da Vitória naquele bairro. Aos poucos a população foi-se apercebendo, também em diálogo com os técnicos de apoio ao processo de realojamento (no Gabinete de Intervenção Local), que aquele bairro em construção era de facto um bairro de realojamento no âmbito do PER, mas estava destinado à população de Lisboa. Após estes dois realojamentos parciais não houve outro momento de realojamento conjunto de famílias. Algumas famílias foram pontualmente realojadas noutros bairros de habitação social no concelho de Loures, mas a maioria ficou sem alternativa habitacional até ao final do processo de realojamento, que estava previsto em Loures até 2009.⁴

Em 2006, alguns municípios com o PER a cargo, como Loures e Amadora, previam demolir as casas de famílias cuja situação face ao PER apresentava irregularidades, mas como veremos adiante, houve nessa altura um movimento contra estas demolições. Aos poucos o bairro foi depois desaparecendo, até que em 2013 não restavam casas. Assim, desde então que o terreno se manteve vazio, até 2019, quando começou a construção de um grande complexo comercial, inaugurado em novembro de 2020 (um hipermercado Continente). Se somarmos os anos que separam a legislação do PER da desocupação do território, contam-se cerca de 20 anos de expectativa de realojamento para os moradores de um só conjunto habitacional, sendo que os momentos coletivos de realojamento ocorreram através de duas situações não diretamente relacionadas com o PER de Loures (realojamentos da Ponte Vasco da Gama e realojamentos num bairro PER da Gebalis).⁵

⁴ O realojamento noutros bairros sociais em Loures representava para os moradores um acréscimo na segregação espacial – os moradores que obtiveram realojamento no bairro Alfredo Bensaúde puderam manter as suas redes de interação social, as mesmas escolas para os descendentes, os mesmos trajetos para locais de trabalho, enquanto que o realojamento noutros bairros implicava uma alteração significativa dos quotidianos. Estes realojamentos, de acordo com o que me apercebi no terreno, não eram compulsivos, antes sugeridos e voluntários, e a alternativa era uma indemnização. As famílias que não aceitavam as condições tiveram de encontrar alternativa residencial. Muitas famílias de origem sul-asiática encontraram alternativas em Santo António dos Cavaleiros, junto de familiares, mas outros optaram por uma nova migração, desta feita para o Reino Unido (Cachado, 2014), também para junto de familiares ou antigos vizinhos, o que implicou por vezes situações habitacionais precárias, como a sobrelotação (agregados familiares a viver num só quarto, para poder suportar custos elevados de arrendamento) ou a residência em habitações conjuntas para famílias carenciadas, enquanto esperavam a atribuição de uma casa a custos controlados.

⁵ Desta forma, não é (infelizmente) surpreendente que no final do ano de 2020 haja situações no concelho de Lisboa de bairros autoconstruídos ainda por requalificar ou por realojar os seus habitantes, como o caso da Quinta do Ferro que, de resto, não oferece condições sanitárias, situação agravada no contexto da pandemia por Covid-19 (v., e.g., notícia de Sofia Cristino em 23/09/2020 no Jornal de Notícias, <https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/no-coracao-de-lisboa-ha-quem-viva-numa-autentica-favela-12750289.html> (consultado em 14/12/2020). Sobre as condições contemporâneas da habitação no contexto pandémico, v. Lages e Jorge (org.), 2020.

Importa ainda, relativamente ao vazio criado pelo bairro, referir que muitos destes territórios na AML se mantiveram vazios⁶ durante mais de uma década, o que contraria a suposta urgência em vagar os terrenos destes bairros. Ao longo do processo de realojamento, foram também propagados vários rumores relativamente à necessidade urgente de vagar os terrenos para que outras construções tivessem lugar. Assim, os espaços urbanos vazios, sobretudo inseridos na antiga Estrada Militar que circunda, *grosso modo*, todo o concelho de Lisboa, e por isso sendo considerados terrenos de grande valor económico, surgem como um contrassenso do programa de realojamento, tal como a longevidade do programa contraria a urgência de demolir todas as barracas, um imperativo inscrito na legislação do PER.⁷

Em novembro de 2020 quando foi inaugurado o espaço comercial, uma interlocutora e amiga, Bina Achoca, enviou-me através das redes sociais algumas fotografias do espaço, enviadas por sua vez pela sua cunhada Shandra Giva, outra ex-moradora da Quinta da Vitória e residente no bairro social Alfredo Bensaúde. Perguntei à primeira o que sentia, tendo em conta que naquele território já tinha estado a sua casa e de tantos outros familiares e vizinhos, bem como o templo Ambe ma Mandir, construído em 1983, realojado também no bairro Alfredo Bensaúde em 2004 (Cachado, 2008), e que foi palco de inúmeros rituais ao longo de décadas de existência. Bina disse que “não seria bom se não fizessem nada nesse espaço que esteve tanto tempo vazio”, acrescentando que “a zona pode ter mais vida; será bom para todos.” Mas ainda disse que nunca vai esquecer o espaço onde foi acolhida pela primeira vez, que, “apesar de não ter muitas condições,” tinha “aqueles convívios todos”, referindo que se emociona quando se lembra da Quinta da Vitória (conversa por Whatsapp, novembro de 2020).

Referi este episódio porque, por um lado, me parece importante para entender a questão da resistência no bairro, nas suas versões públicas ou de registo escondido que será analisada em seguida, e por outro lado devido à problemática da memória sobre este tipo de conjuntos habitacionais, ou seja, por uma questão metodológica: a perceção, por

⁶ No âmbito de um projeto de investigação em equipa, o exPERts – Organizando o conhecimento do planeamento: política de habitação e o papel dos peritos no Programa Especial de Realojamento (PER) (PTDC/ATP-EUR/4309/2014, FCT), IR Marco Allegra, a dimensão dos espaços vazios foi analisada. Ver <http://expertsproject.ics.ulisboa.pt/analise.html>.

⁷ Este imperativo raramente foi contrariado pelos municípios. Uma das exceções mais conhecidas é o bairro Cova da Moura, bairro construído pelos seus moradores sem planeamento urbanístico não incluído no PER, prevendo-se antes, desde o início, o seu loteamento e posteriores melhoramentos. O bairro Cova da Moura, com uma grande carga mediática negativa, tem vindo a ser retratado diversamente no campo da investigação, sobretudo no contexto da produção cultural local (Ferro & Raposo, coord. 2016).

parte de quem investiga, sobre as metodologias escolhidas para trabalhar a temática alargada da habitação. Dito doutra forma, se no contexto da pesquisa de doutoramento, o trabalho de campo etnográfico e a recolha de dados ao nível concelhio foi o cerne da pesquisa empírica, hoje, face justamente ao aumento exponencial da investigação sobre habitação, seria por hipótese mais profícuo utilizar a recolha de trajetórias de vida, sobretudo sabendo que estamos perante um bairro que, entretanto, desapareceu.⁸

Registo público e registo escondido do direito à habitação

Esta secção trata de descrever de forma sucinta de que formas a população de origem sul-asiática da Quinta da Vitória foi reagindo ao longo do tempo ao lento processo de realojamento. Nos primeiros anos em que mantive presença no bairro, de 2000 até 2005, como foi referido antes, aconteceu um realojamento parcial de 100 agregados familiares, sendo que cerca de um terço destes fogos foram destinados àquelas famílias, em 2002. Sobretudo até ao realojamento, havia muita desinformação, perceção da qual não me excludo totalmente enquanto investigadora, uma vez que a minha porta de entrada no bairro em 2000 foi precisamente o município de Loures, pelo que durante muito tempo, muitos residentes me associavam à câmara, e só em 2001 iniciei trabalho de campo enquanto estudante de mestrado e depois de doutoramento, com ligação apenas à universidade (ISCTE).

Nesses anos apercebi-me de que não era fácil para a população obter informações claras junto dos técnicos que acompanhavam o realojamento, isto por um lado; e por outro, os próprios funcionários não detinham toda a informação desejada pelos moradores. Neste contexto, os boatos sobre o realojamento propagaram-se no bairro, ao mesmo tempo que os moradores procuravam saber se seriam destinatários de habitação social no bairro Alfredo Bensaúde ou noutro local. As situações mais vezes observadas, relativamente às diligências dos moradores no sentido do seu realojamento, referem-se a pedidos de reunião com serviços locais para explicar as situações singulares em que o seu agregado vivia, algo que raramente era levado em conta no processo de realojamento, mas que de facto surtiu efeito em algumas situações; eram feitos convites aos raros profissionais que se disponibilizavam para se deslocar ao bairro para irem conhecer as suas casas e respetivas condições; foram feitas queixas relativamente ao

⁸ Outros investigadores utilizaram a recolha de relatos sobre a construção, como no trabalho de Eduardo Ascensão (2011) na Quinta da Serra, também em Loures.

tratamento diferenciado às famílias (realojamento mais célere *versus* realojamento protelado *sine die*); e queixas também relativamente a determinados agregados familiares que se ausentavam prolongadamente das suas casas e as alugavam a outras pessoas. Como se pode perceber, estas situações são atravessadas por um desejo de consecução do realojamento em habitação social, mas são levadas a cabo de forma autónoma, ao nível de cada agregado familiar, sem ação concertada, ou conjunta. Por isso, chamei-lhe resistência subtil, um termo menos utilizado por James C. Scott, que prefere o conceito de registo escondido (Scott, 1990) e que me inspirou a reflexão que então fiz (Cachado, 2005) e que aqui resumi.

No entanto, em 2006 aconteceu algo inesperado para mim enquanto investigadora, tal como Scott também prevê (Scott, 1990: 224). Alguns moradores deram o salto para uma resistência de tipo público, e aqui importa a ideia de resistência, porque estes moradores procuravam manter o seu direito à habitação. Explicando melhor, em 2006 um conjunto de municípios que executava então o PER decidiu acelerar o processo, praticamente parado por falta de verbas, através da demolição das casas de famílias que não cumpriam todos os requisitos para o realojamento PER, tentando, assim, retirar do processo de realojamento um conjunto de agregados para que apenas ficassem aqueles que teriam pleno direito. Nesta situação estavam diferentes famílias: as famílias que, por altura do recenseamento de casas não estavam presentes (por medo relativamente à ilegalidade enquanto imigrantes, por exemplo, mas também por trabalharem noutras regiões do país); famílias a quem, no contexto do PER, não conseguiam completar a entrega de documentação exigida (o processo em termos burocráticos, era de resto muito exigente, mas também mutável ao longo dos anos, sendo necessários os mesmos documentos várias vezes, ou sendo pedida primeiro uma coisa e depois outra; alguns agregados que foram residir para casas de pessoas entretanto realojadas, uma vez que a demolição das casas, apesar de estar legislada como um imperativo a realizar de cada vez que houvesse realojamento, não era feita prontamente, e quando era realizada, a sua remoção tardava.

A ameaça de demolições foi contemporânea ao nascimento de um movimento social na área do direito à habitação. Nasceu a Plataforma Artigo 65, que aglomerava um conjunto de associações e de personalidades, entre as quais o coletivo que deu origem à associação Habita! Associação pelo direito à habitação e à cidade (v. Di Giovanni, 2018), que operava através de ações em bairros onde o direito à habitação estava, de alguma forma, hipotecado. Este era um grupo ligado à Associação Solidariedade

Imigrante (SOLIM) chamado Direito à Habitação (DaH), que procurava replicar o método francês do grupo Droit au Logement,⁹ chamando a comunicação social aos bairros e motivando as pessoas a participar.

O DaH realizou muitas ações de mobilização em vários bairros que estavam a ser alvo de demolições, incluindo o bairro Quinta da Vitória. Começaram por promover uma reunião de moradores, e nessa altura foi interessante verificar que a presença das ativistas (mulheres sobretudo) no bairro destoava da atitude doutros “forasteiros” na Quinta da Vitória – enfermeiros e assistentes sociais por diversas ocasiões entravam no bairro promovendo determinadas atividades de sensibilização, para a saúde, para o envolvimento no processo de realojamento, e mesmo antropólogos que, como eu, tinham uma atitude que se pautava por uma hesitação inicial no desenvolvimento de interações que haveriam de ser estabelecidas com base na confiança. A atuação das ativistas destoava: falavam com as pessoas sem olhar a constrangimentos culturais (divisões do bairro em populações racializadas por exemplo, que era algo que caracterizava o bairro); promoviam reuniões de forma mais direta, assertiva, diríamos, indicando os seus objetivos, relacionando com outras situações noutros bairros.

Além das reuniões iniciais, foi promovida uma manifestação no bairro para evitar demolições eminentes; uma ação de Teatro do Oprimido; um almoço que promoveu a interação entre as diferentes populações do bairro (negra de várias origens africanas, branca de várias origens de Portugal continental, e “indiana”, de Moçambique); e fora do bairro os moradores participaram em ações junto da Câmara Municipal de Loures e numa manifestação, já em 2007, pelo direito à habitação, que se realizou na baixa de Lisboa.

No caso da manifestação no bairro, os moradores e as ativistas subiram aos telhados de casas ameaçadas, houve um diálogo com outras personalidades envolvidas na Plataforma Artigo 65 e com as autoridades, tendo havido precisamente a conquista de parar o processo de demolição. Os moradores cujas casas estavam ameaçadas puderam continuar a residir nelas, até ser encontrada alternativa residencial. Este processo, ao contrário do anterior, pautou-se por uma resistência de “registo público” continuando com a proposta de James C. Scott (1990), que defende que a resistência de “registo escondido” pode, com o tempo, transformar-se na de “registo público” (Cachado, 2013).

⁹ V. <https://www.droitaulogement.org/> (consultado em 14/12/2020).

Tentando resumir este processo, estamos perante uma situação, promovida por um movimento social, de forma não invasiva, mas sim integrando os moradores numa luta que era, essencialmente, deles, o que por sua vez promoveu ali um envolvimento populacional partindo da autonomia e não da dependência de terceiros. Ou seja, muito embora a participação dos moradores tenha sido pensada a partir de fora do bairro (através de um movimento social que atuava em vários territórios), o DaH capacitava os moradores relativamente ao seu direito à habitação e, também por isso, foram bem-sucedidos num bairro onde à data não existia organização associativa, mas onde os moradores tinham o seu direito à habitação hipotecado num processo de realojamento demasiado longo e incompreensível.

“Direito à habitação e à cidade”

A Associação Habita! inclui na sua designação a expressão “Direito à cidade e à habitação”. Não alheio(a)s à importância deste movimento, existe hoje um conjunto de investigador(a)s que concretizam nas suas pesquisas a relação entre a luta pelo direito à habitação e a luta pelo direito à cidade, sendo difícil falar do segundo sem sublinhar a importância do primeiro. De facto, a temática alargada da habitação, onde são convocadas as questões da habitação social, das políticas de habitação, a gentrificação acentuada das cidades contemporâneas (Mendes *et al*, 2016; Pereira, 2018), o mix social (Alves, 2016), aquilo a que se chama a financeirização da habitação (Silva, 2019; Mendes, 2020), estão ligadas às questões de urbanismo, de mobilidade urbana, de metropolização, e muitas mais. Uma e outras convocam os urbanitas, os habitantes, os moradores, consoante a perspectiva e o enfoque metodológico, mas também consoante as disciplinas em que as pesquisas são realizadas. De todas estas questões, a aceleração da gentrificação nas grandes cidades provocou uma intensificação da investigação sobre estes fenómenos, produzindo por seu lado uma reformulação dos debates.

No caso aqui analisado, a situação do envolvimento dos moradores da Quinta da Vitória no movimento pelo direito à habitação, podemos sublinhar que no contexto do registo público da sua resistência, estes moradores acederam a arenas a que antes não acediam, como a participação em manifestações no centro da capital. É importante salientar esta dimensão porque o processo de realojamento para estes moradores provocou por duas vias uma relação mais próxima com a participação na sociedade envolvente. Num bairro como a Quinta da Vitória viviam famílias que, por exemplo, tendiam a esconder a morada no acesso ao emprego, ou que raramente se aproximavam das instituições

públicas, e que, inegavelmente, foram alvo de segregação social e espacial a vários níveis.¹⁰

O processo de realojamento e as burocracias a ele associadas potenciaram uma aproximação constante às instituições, por via da necessidade de responder a correspondência e de aceder a serviços públicos para pedir documentação específica, certamente de uma forma mais constante do que acontece com a maioria dos outros cidadãos.¹¹ No entanto, no desenvolvimento deste lento processo, ao participarem ativamente em ações pela defesa do direito à habitação, muitos moradores e moradoras experimentaram o acesso à cidade noutras variantes, como, justamente, a da participação, com alguns bons resultados, como o impedimento da demolição das suas casas, quando não tinham alternativa habitacional.

Como referi no início deste capítulo, o estudo desenvolvido na Quinta da Vitória e o episódio de resistência contado remontam à década de 2000. Hoje, os estudos sobre habitação proliferam como nessa época não se podia imaginar. Concluo o texto, enunciando um conjunto de hipóteses de estudo futuras. Por um lado, relativamente a estes bairros que, como a Quinta da Vitória, praticamente já não existem nos territórios urbanos, importa resgatar especificamente a memória dos moradores relativamente a estes processos de participação pública, tentando compreender como se estabelecem estas relações entre diferentes classes sociais – moradores e ativistas sociais (Alves e Falanga, 2019) – e como se realiza a transformação entre a não participação e a participação. Noutros contextos históricos como o PREC, estabeleceram-se relações entre os intelectuais e os moradores no âmbito do SAAL e doutros programas contemporâneos (MFA, Movimento Estudantil, etc.). Face a essa experiência, os investigadores e os implementadores de políticas de habitação recorrentemente¹² questionam-se sobre a falta de envolvimento das populações nos processos que as incluem, como o PER. Resgatar essa memória é importante para compreender melhor estes fenómenos.

¹⁰ No projeto exPERTs já referido, chamaria a atenção para a produção de um mapa onde é evidente a segregação étnico-racial produzida pelo PER, <http://expertsproject.ics.ulisboa.pt/analise.html>

¹¹ A ideia da “pessoa burocraticamente constituída” de Pierre Bourdieu (1990) é um conceito operativo importante para pensar as relações com as instituições, também abordado por exemplo por Dubois (2007).

¹² Num conjunto de entrevistas recolhidas no âmbito do projeto exPERTs, alguns especialistas destacam esta desfaçatez entre uma participação ativa após o 25 de Abril em contraste com um tempo mais recente, em que a participação e envolvimento das populações é menos requisitada pelos executores.

Por outro lado, o próprio envolvimento dos especialistas (Fischer, 2018; Allegra *et al*, 2017) foi recentemente analisado no projeto exPERts, onde se recolheram dezenas de testemunhos de investigadores e políticos que participaram na execução do PER. O desenvolvimento da investigação nesta área é relevante para compreender as redes de relações entre os níveis nacional (das políticas públicas), local (dos municípios e mais precisamente de quem implementa e executa aquelas políticas), e o nível micro, dos destinatários das políticas públicas, os moradores.

Finalmente, é evidente que muitos realojamentos no âmbito do PER reforçaram a segregação espacial das populações racializadas (Alves, 2013). Apesar do forte desenvolvimento nas universidades relativamente à incorporação de uma maior diversidade populacional tanto ao nível dos alunos como ao nível dos docentes (embora ainda residual, o movimento é relevante), e do desenvolvimento de análises pós-coloniais que desconstroem o passado colonial e incorporam “lugares de fala” (e.g. Dias, 2020), importa continuar a convocar os moradores dos bairros autoconstruídos e sociais nas análises sobre as condições de habitação; a escolaridade; as sociabilidades nas diferentes faixas etárias; o trabalho; a mobilidade urbana; a saúde.

Referências Bibliográficas

ALLEGRA, Marco, TULUMELLO, Simone, FALANGA, Roberto, CACHADO, Rita, FERREIRA, Ana C., COLOMBO, Alessandro, ALVES, Sónia, 2017, “Um novo PER? Realojamento e políticas de habitação em Portugal”, *Observa Policy Briefs*, <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/33367>, consultado em 14/12/2020.

ALVES, Ana Rita, 2013, *Para uma compreensão da segregação residencial: o Plano Especial de Realojamento e o (Anti)Racismo*, Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismos, Lisboa, NOVA-FCSH.

ALVES, Ana Rita & FALANGA, Roberto, 2019, “(Des)encontros entre academia e política. Conhecimento, engajamento e habitação em Portugal”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 38: 14-19.

ALVES, Sónia, 2016, “Poles Apart? A Comparative Study of Housing Policies and Outcomes in Portugal and Denmark”, *Housing, Theory and Society*, 34 (2): 221-248.

ANTUNES, Marina Manuela, 2002, *Estrela d’África, um bairro sensível. Um estudo antropológico sobre jovens na cidade da Amadora*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, ISCTE.

ASCENSÃO, Eduardo, 2011, *The post-colonial slum: a geography of informal settlement in Quinta da Serra, Lisbon 1970s-2010*, PhD Thesis, London, King's College.

BOURDIEU, Pierre, 1990, "Un contrat sous contrainte", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81 (2): 34-51.

CACHADO, Rita, 2014, "Locating Portuguese Hindus. Transnationality in Urban Settings", *Sociologia Problemas e Práticas*, 76: 109-124.

CACHADO, Rita, 2013, "O registo escondido num bairro em processo de realojamento. O caso dos Hindus da Quinta da Vitória", *Etnográfica*, 17 (3): 477-499.

CACHADO, Rita, 2012, *Uma etnografia na cidade alargada: Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

CACHADO, Rita, 2011, "Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures", *Fórum Sociológico* s.II, 21: 23-31.

CACHADO, Rita, 2008, "Entre as casas e o templo, a rua: Comunidade hindu e interações de bairro", Graça Cordeiro & Frédéric Vidal (org), *O lugar da Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte: 129-142.

CACHADO, Rita, 2005, "Um bairro em vias de realojamento: estratégias de resistência e de adaptação aos processos burocráticos", Marcial Gondar Portasany & Lourdes Méndez Pérez (org), *Política cultural: iniciativas de las administraciones, respuestas de los administrados*, X Congreso de Antropología, Sevilla, Fundación El Monte, FAAEE, AAA:121-136.

DI GIOVANNI, Caterina Francesca, 2018, "Uma história do Habita: como se fez um colectivo activista", André Carmo, Eduardo Ascensão & Ana Estevens (eds.), *A Cidade em Reconstrução, Leituras críticas, 2008-2018*, Lisboa, Outro Modo: 19-28.

DIAS, Luís Marco de França, 2020, "Quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo: movimentos de defesa de territórios coletivos frente ao racismo ambiental", *Amazônica. Revista de antropologia*, 12 (1): 361-394.

DUBOIS, Vincent, 2007, "Le dévoilement ethnographique des transformations structurelles de l'Etat social. À propos du traitement bureaucratique des «mauvais pauvres», *Ethnographiest III*, CEAS, Lisboa (policopiado).

FERRO, Lúcia & RAPOSO, Otávio (coord.), 2016, “Circuito musical africano na Amadora: redes de sociabilidade e trocas entre diferentes gerações”, *O trabalho da arte e a arte do trabalho*, Lisboa, ACIDI, 97-118, https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo_OM58_br.pdf/521e91d4-f875-49cd-ba7a-36a6894c8618, consultado em 14/12/2020.

LAGES, Joana Pestana & JORGE, Sílvia (org.), 2020, *Crise Pandémica e Crise na Habitação. Mulheres em Foco*, Lisboa, Dinamia-CET, ISCTE, https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/45398/1/Mendes_Lu%C3%ADs_2020%286%29.pdf, consultado em 17/01/2021.

MENDES, Luís, 2020, “Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação”, *Finisterra*, LV (114): 77-104.

MENDES, Luís, AMÍLCAR, Anselmo, CARREIRAS, Marina & GUIMARÃES, Pedro, 2016, “Master Class ‘City making & Tourism Gentrification’”, *Finisterra*, LI (103): 117-123.

PEREIRA, Patrícia, 2018, *O Parque das Nações em Lisboa. Uma montra da metrópole à beira Tejo*, Lisboa, Mundos Sociais.

SCOTT, James C., 1990, *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.

SILVA, Rita, 2019, “A nova geração de políticas de habitação não é nova e não defende a habitação”, Habita!, <https://habita.info/a-nova-geracao-de-politicas-de-habitacao-nao-e-nova-e-nao-defende-a-habitacao/>, consultado em 14/12/2020.